

ALFABETIZAÇÃO: DIREITO DE TODOS – O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO SOCIAL E HUMANA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edith Maria Marques Magalhães¹
Ilda Maria Baldanza Nazareth Duarte²
Rosalva Maria Gomes de Araujo Oliveira³

RESUMO

O presente trabalho relata uma experiência desenvolvida com estudantes do 4º período do curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu, no âmbito da disciplina Projeto Integrador, integrante da matriz curricular do curso. A proposta surgiu a partir de necessidades identificadas pelos licenciandos durante as práticas supervisionadas, especialmente no que se refere à leitura fluente e à produção escrita. Optou-se, assim, por articular alfabetização e cidadania, entendendo o processo de alfabetizar como direito social e condição para o pleno exercício da vida em sociedade. O referencial teórico ancora-se na legislação vigente (Lei nº 13.257/2016) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), considerando a alfabetização como prática prazerosa e significativa, pautada nos princípios da afetividade (Wallon, 2010), da interação social (Vygotsky, 1998) e da ludicidade (Kishimoto, 2006). Para a efetivação da proposta, os 93 licenciandos foram organizados em 14 grupos, responsáveis pela elaboração e execução de planos pedagógicos implementados em 23 escolas parceiras — públicas e privadas — dos municípios de Nova Iguaçu e Mesquita (RJ). Adotou-se a metodologia participante, de caráter qualitativo, integrador e interdisciplinar, justamente por favorecer a coautoria e o protagonismo dos licenciandos e da comunidade escolar. Esse enfoque possibilitou que as ações fossem construídas de forma colaborativa, ajustadas às necessidades reais de cada contexto e voltadas para a transformação social. A utilização de metodologias ativas e do trabalho em equipe permitiu articular teoria e prática, fortalecendo a relação universidade–escola. Os resultados, avaliados por meio de pareceres dos licenciandos e feedback das instituições parceiras, revelaram alto grau de satisfação e engajamento. Alunos relataram entusiasmo com as atividades, e docentes destacaram a relevância da abordagem diferenciada. A experiência consolidou o compromisso com uma prática pedagógica responsável, empática e inclusiva, capaz de valorizar saberes diversos e promover o desenvolvimento integral dos educandos.

Palavras-chave: Alfabetização. Cidadania. Formação docente.

INTRODUÇÃO

Atendendo, às bases legais que norteiam a curricularização e à extensão acadêmica, o Curso de Pedagogia articulando as disciplinas Projetos Integradores e Fundamentos e

¹ Professora Doutora Coordenadora do Curso de Pedagogia e Coordenadora Institucional do PRP da Universidade Iguaçu – UNIG – RJ, edithmagalhaes20@gmail.com;

² Professora Doutora, Universidade Iguaçu – UNIG – RJ, ildaduarte2021@gmail.com.

³ Professora Mestre, Universidade Iguaçu – UNIG – RJ, rosalvaraujo@gmail.com



Metodologia da Alfabetização propôs e desenvolveu o projeto de Curricularização e Extensão Alfabetização direitos de todos: o processo alfabético como condição social e humana para o ensino fundamental Anos Iniciais - cabe esclarecer que o tema e abordagens foram definidos considerando a importância da conscientização das crianças que o processo de alfabetização (ler com desenvoltura e escrever) faz parte do desenvolvimento do ser humano para viver e conviver no contexto social alicerçado na concepção de que na práxis existe unidade de fazer e saber. Vida já é práxis, e por isso na práxis se dá, como em forma condensada, toda a realidade e que a tematização teórica é explicitação daquilo que já estava presente, de maneira difusa e atemática, na práxis (Boff, 1980). Corroborando com esse pensamento, a BNCC (2017) afirma que o ato de ler e brincar durante a infância promovem a interação da criança com o seu cotidiano, proporcionando aprendizagem e potenciais para o seu desenvolvimento pleno

Para alcançar os objetivos propostos, as bases legais da pesquisa se fundamentam na Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990), na Base Nacional Comum Curricular – BNCC e na Resolução CNE/CP Nº 2/2019.

Para fundamentar a base teórica, o projeto trouxe o aporte teórico de autores que trataram dos jogos no contexto do ensino-aprendizagem, da interdisciplinaridade, da Pedagogia e da Didática, dos problemas de aprendizagem, da formação de professores e do planejamento, como Huizinga (1980), Garcia (1989), Libâneo (1994), Souza (1996), Candau (2013), Teixeira (2010) Kishimoto, (2006) e Montuano e Souza (2013) Abramowicz, Oliveira e Silva (2017) Tardif (2017), Gatti, (2000), Nóvoa (1989) e outros. Para embasar abordagem sobre Alfabetização, apoiamo-nos em autores que trataram de questões relacionadas à alfabetização, letramento e jogos de alfabetização como Adams (2006), Carvalho (2013), Ferreira (2018)), Soares (2020), Colello (2021). Nessa perspectiva, o corpo teórico do projeto, que aborda a leitura e a escrita como direitos da criança, sustenta ainda que esses processos devem ser desenvolvidos de forma prazerosa, como preza Wallon (1995), e com afetividade e interação, conforme propõe Vygotsky (1998).

Atendendo, então, o prescrito pela Lei e objetivos das atividades de extensão, cuja finalidade é de transpor os muros da Universidade, entrelaçando e fortalecendo os laços com as escolas parceiras, assim como articulando a teoria à prática e consolidação da formação



docente dos licenciandos do curso de Pedagogia, a proposta de curricularização foi desenvolvida com a participação colaborativa de todos os alunos do 4º período que compartilharam seus conhecimentos com os parceiros institucionais no Acordo de Cooperação, reafirmando como muito bem acentua Síveres (2013) ao enfatizar que a atividade extensionista qualifica o valor da instituição e deve ser vivenciado pelos universitários e pelos atores sociais.

METODOLOGIA

Para o projeto, adotou-se a metodologia participante, de caráter qualitativo, integrador e interdisciplinar, justamente por favorecer a coautoria e o protagonismo dos licenciandos e da comunidade escolar e constou de duas etapas: no primeiro momento: *Elaboração da proposta de intervenção*, os 93 licenciandos do curso de Pedagogia da Universidade Iguaçu, organizados em grupos, planejaram suas propostas tendo como principal objetivo desenvolver atividades e experiências inovadoras de aprendizagem através de estratégias pedagógicas envolvendo jogos, brincadeiras e músicas para serem desenvolvidas junto aos alunos das unidades escolares parceiras (vinte e duas das redes municipais de Nova Iguaçu e Mesquita e uma particular, também de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro), que foram previamente visitadas por um integrante do grupo com o objetivo de formalizar, viabilizar e alinhar a proposta de acordo com a série e o tema gerador *Alfabetização direitos de todos: o processo alfabético como condição social e humana para o ensino fundamental*, realizada no período compreendido entre os meses de fevereiro a julho de 2025. A partir dessas visitas preliminares e, em consonância com o que defendem Freire (1996) e Libâneo (1994) que o planejamento das atividades deve aliar a dimensão formativa à prática social, favorecendo a construção do conhecimento de forma crítica e participativa, os licenciandos elaboraram estratégias metodológicas fundamentadas no princípios da criatividade e produziram materiais pedagógicos e atividades de forma despertar o desejo de aprender dos alunos,

No segundo momento, os licenciandos se dirigiram às unidades escolares a fim de realizarem as intervenções e, após a execução das atividades “no chão das escolas” emitiram vários depoimentos que reafirmam a certeza da missão da instituição que é FORMAR PARA TRANSFORMAR numa realidade socioeconômica que ainda se mostra carente da presença do poder público, ficando notório, por meio dos relatos e das evidências apresentadas, a



importância desses projetos em intercâmbio universidade e escolas parceiras e da real necessidade para as escolas assistidas como também para nossos Licenciando, entrelaçar o dito e o feito, a teoria e prática.

Na análise das atividades desenvolvidas pelos licenciando, o processo de alfabetização é compreendido como um direito social e não apenas como aquisição mecânica de códigos linguísticos, mas como prática humana fundamental para a cidadania ao dialogar com os pressupostos de Ferreiro (2018) que sustenta que “a alfabetização é um processo ativo de construção, em que a criança interpreta e reconstrói a língua escrita”, ideia que se alinha ao caráter social da alfabetização ao propor o aprender a ler e escrever para fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais (SOARES, 2020). Assim, a alfabetização torna-se condição humana e social, pois permite a inserção crítica na cultura escrita. Nesse ponto, a BNCC (2017) estabelece que o ensino deve ser pautado pela garantia de direitos de aprendizagem que assegurem o desenvolvimento pleno da criança, reforçando a alfabetização como “processo essencial à vida cidadã e à participação social” (BRASIL, 2017, p. 67). Nesse contexto, alfabetizar é também um ato político, como já defendia Freire (1996), ao considerar que “a leitura da palavra não pode ser dissociada da leitura do mundo”. Nesse horizonte, a alfabetização não é apenas habilidade técnica, mas condição social e humana indispensável para a emancipação e para a participação cidadã plena. Vygotsky (1998), por sua vez, ao tratar da aprendizagem como fenômeno social, afirma que “o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento que só podem ocorrer quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e com seus pares” (VYGOTSKY, 1998, p. 117). Nessa perspectiva, as práticas extensionistas desenvolvidas evidenciam essa concepção ao envolver crianças, professores, licenciandos e comunidade em experiências conjuntas de alfabetização. Dessa forma, a proposta não apenas garantiu a vivência de estratégias lúdicas e interativas, mas também reafirmou que o ato de alfabetizar é, essencialmente, um processo humano e coletivo, que se fortalece na articulação entre teoria e prática.

Ao articular teoria e prática na experiência relatada, percebe-se que a alfabetização, enquanto condição humana, se realiza no encontro entre afetividade, ludicidade e interação social. Wallon (1995) já enfatizava que “a afetividade está presente em todas as etapas do desenvolvimento e condiciona as formas de aprendizagem”, reforçando que ler e escrever não são atividades neutras, mas atravessadas por vínculos emocionais e sociais.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos registros dos licenciandos e do feedback das escolas parceiras evidenciaram que a articulação entre teoria e prática possibilitou intervenções pedagógicas inovadoras, contextualizadas e capazes de responder às necessidades reais dos educandos, uma vez que as propostas foram planejadas de acordo com as realidades específicas das turmas atendidas, revelando sensibilidade pedagógica e compromisso com a formação integral dos estudantes da educação básica e nas quais se destaca a criatividade dos licenciandos na elaboração das atividades extensionistas, que receberam títulos diferenciados e inovadores, sempre guiados pelo tema central “Alfabetização: direito de todos e exercício da cidadania”. Nesse sentido, para maior clareza e entendimento da proposta, transcrevemos a seguir os títulos atribuídos às atividades, seguidas de comentário do grupo de licenciandos de Pedagogia, a fim de ilustrar a efetividade do trabalho realizado. Outrossim, consideramos pertinente destacar trechos das Considerações Finais dos alunos a respeito do planejar e do fazer e o quanto essas atividades agregaram teoria/prática. Sem dúvida, tais destaques conferiram maior fidedignidade ao relatório, evidenciando que o currículo do curso acompanha as transformações sociais e contempla os conteúdos indicados pela BNCC (2017) e atende aos Temas Contemporâneos Transversais. Elementos que emergem do percurso formativo e que foram registrados pelos licenciando, reforçando, assim, a efetividade e qualidade dos projetos implementados.

- **Matemática interdisciplinar**

A atividade da turma de 1º Ano entrelaçou números e sílabas e nos proporcionou uma vivência enriquecedora. O grupo sentiu-se acolhido e motivado pela escola, percebendo a contribuição, mesmo que em curto período de tempo, para o desenvolvimento das habilidades de leitura dos alunos reforçou nosso compromisso com uma educação transformadora e sensível aos pequenos alunos.

Ler e escrever com alegria

O jogo do *Bingo silábico* proporcionou um ambiente de aprendizagem leve e significativo, favorecendo a assimilação das sílabas de forma lúdica. O grupo observou que os alunos se sentiram motivados, seguros e engajados ao aprender por meio do jogo.



- **Dominando a letra cursiva**

Os alunos estavam visivelmente animados com a proposta de uma atividade diferente do cotidiano, participando com entusiasmo e demonstrando ansiedade para interagir a cada nova tarefa. Apesar das limitações no conteúdo, o engajamento e a vontade de aprender ficaram evidentes durante toda a intervenção.

- **Brincando com os sons e com as palavras**

Observamos que as crianças conseguem assimilar e associar o som das letras às palavras que emitem, as crianças foram receptivas e rapidamente reproduziam o que foi ensinado.

- **Som e Letra: Uma Aventura na Alfabetização**

Para reconhecer os diferentes níveis de habilidades de escrita e leitura dentro de uma mesma turma, mostrou-se claro que é preciso diferentes práticas pedagógicas a fim de abarcar todas as necessidades de cada criança.

- **Tendinha do Alfabeto na escola**

Aprendizado Ativo envolvendo as crianças do 1º Ano diretamente utilizando movimentos corporais - Aprendizagem Multissensorial com a utilização de elementos visuais como imagens das vogais. O trabalho com o alfabeto, de forma concreta e divertida, possibilitou às crianças ampliarem seus conhecimentos sobre as letras, os sons e as palavras.

- **Aprendendo com o passado na EJA e Caminhos para Alfabetização EJA**

Os dois grupos implementaram as atividades por meio de músicas que remetiam ao passado, o que gerou um clima afetivo/afetuoso e as atividades propostas foram muito bem recebidas. A experiência foi descrita como única, especial e gratificante, deixando nos participantes a sensação de realização e de aprendizado mútuo.

Os resultados obtidos a partir da execução das atividades extensionistas confirmam a relevância da alfabetização enquanto direito social e condição humana, reafirmando a



centralidade da leitura e da escrita como práticas de cidadania. As propostas, ao integrarem jogos, músicas, brincadeiras e recursos multissensoriais, revelaram consonância com a perspectiva de Ferreiro (2018), que compreende a alfabetização como processo ativo de construção, e com Soares (2012) ao destacar a inseparabilidade entre alfabetização e letramento. Além disso, as experiências vivenciadas evidenciaram o caráter político do ato de alfabetizar, na medida em que reafirmaram o direito das crianças e jovens de acessar a cultura escrita em condições significativas (FREIRE, 1996). Na prática, observou-se que as atividades lúdicas despertaram motivação, engajamento e afetividade nos alunos, corroborando a concepção de Wallon (2010) sobre a importância da dimensão emocional no processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, a interação entre licenciandos, docentes das escolas e comunidade escolar deu materialidade à visão de Vygotsky (1998), segundo a qual o desenvolvimento se efetiva no contexto de interações sociais significativas. Outro aspecto relevante foi a diversidade de propostas de atividades, como *Bingo Silábico*, *Tendinha do Alfabeto* e *Aprendendo com o Passado na EJA*. Essa pluralidade expressa a criatividade e a sensibilidade pedagógica dos licenciandos, reforçando a consonância entre os objetivos extensionistas e a BNCC (2017), que aponta a necessidade de promover aprendizagens significativas, inclusivas e integradoras. Dessa forma, a experiência não apenas promoveu avanços no processo de alfabetização dos estudantes atendidos, mas também consolidou a formação docente dos licenciandos, ao possibilitar a vivência de práticas pedagógicas inovadoras, reflexivas e socialmente comprometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações dos alunos, ousamos afirmar que os objetivos do projeto interdisciplinar foram totalmente contemplados, tendo em vista terem atingidos turmas do 1º ao 5º ano e também a EJA, com títulos que abarcaram conteúdo das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Alfabetização e Educação Física, que evidenciaram que a alfabetização, compreendida como direito humano e social, transcende a mera decodificação de códigos linguísticos para constituir-se em prática de cidadania e emancipação, além de demonstraram que, quando teoria e prática se articulam, a alfabetização torna-se uma experiência significativa, marcada pela afetividade, pela ludicidade e pela interação social, conforme ressaltam Wallon (2010), Vygotsky (1998) e Freire (1996), expressas nas palavras-



chave extraídas dos escritos como **integração/participação/dinamismo/inovadora/engajamento/significativo/amoroso/enriquecedor/criativas.**

O desenvolvimento das atividades extensionistas revelou a potência da curricularização da extensão como estratégia de formação docente, ao aproximar a universidade das escolas parceiras e da comunidade. Essa interação reafirmou o princípio de que o conhecimento se constrói coletivamente e de que o processo de alfabetizar é essencialmente humano, sendo capaz de transformar realidades quando desenvolvido em consonância com os direitos de aprendizagem estabelecidos pela BNCC (2017).

As práticas desenvolvidas na EJA, em especial, evidenciaram a importância de valorizar segmentos historicamente marginalizados, cujos relatos dos participantes apontaram para a relevância de experiências pedagógicas inclusivas, afetuosas e socialmente comprometidas. Essa vivência reforçou a necessidade de uma educação que não apenas ensine a ler e escrever, mas que possibilite ao sujeito “ler o mundo” (FREIRE, 1996) e atuar de maneira crítica em sua realidade, assim como consolidou o compromisso institucional com uma prática pedagógica responsável e transformadora, que articula teoria e prática, fortalece a formação docente e promove o desenvolvimento integral dos educandos. Experiência que gerou declarações como “*A experiência foi descrita como uma das melhores vividas, proporcionando uma nova visão sobre a educação de jovens e adultos*”. Ao reafirmar a alfabetização como direito de todos, o projeto reafirma também a missão de formar cidadãos capazes de participar ativamente da vida em sociedade e de exercer sua cidadania de maneira plena.

Finalmente, é importante ressaltar que a Extensão se constitui em excelente oportunidade de consolidação do compromisso da Universidade Iguaçu de se integrar com o meio sociocultural em que ela está inserida, bem como com a formação docente ao articular teoria e prática através de práticas pedagógicas responsáveis e transformadoras para promover o desenvolvimento integral dos educandos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, M. J. *et al.* Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed, 2006.





ABRAMOWICZ.A. e OLIVEIRA, F. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In: Bento, Maria Aparecida Silva (organizadora). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

AGUIAR, J. S. de. Jogos para o ensino de conceitos: leitura e escrita na pré-escola. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

ALMEIDA, P.N. Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2003.

ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de Matemática. Campinas: Papirus, 2001.

ANTUNES, C. Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ARROYO, M.G. Ofício de Mestre: imagens e autoimagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BRASIL. Lei 13257/16 | Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.

BRASIL, Ministério de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC 2017.

BRASIL. Governo Federal/MEC (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2019.

CANDAU, V.M. (org.). Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE) – 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 10.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013

COLELLO, S. M. G. Alfabetização em questão. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DUARTE, et all. Relatório Final: experiências vivenciadas na Residência Pedagógica. Universidade Iguaçu-2021-2022

ENGELMANN, J. Jogos matemáticos: experiências no Pibid. Natal: IFRN, 2014.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FIGUEIREDO, A. V.de et al. O brincar e as novas tecnologias. Universidade Iguaçu. Campus Nova Iguaçu 2018-2019





- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Cortez:1996.
- GATTI, B. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez: 2000.
- HUIZINGA, J *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LIBANÊO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez,1994.
- LOPES, M. G. *Jogos na educação: criar, fazer e jogar*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACEDO, L. de. *Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MONTUANI, D. F. B., SOUZA, M. J. F. de. *Jogos de alfabetização*. / Daniela Freitas Brito (organizadoras). – Curitiba: CRV, 2023.
- NÓVOA, A. *Formação de Professores para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora 1989.
- OLIVEIRA, A. C. de; SILVA, K. C. Da. *Ludicidade e Psicomotricidade* São Paulo: Inter Saberes. 2017
- SIVERES, L. (Org.). *A extensão Universitária como um princípio de aprendizado*. Brasília: Liber Livro. 2013.
- SOUZA, E. M. *Problemas de aprendizagem. Crianças de 8 a 11 anos*. Bauru; EDUSC, 1996.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- TEIXEIRA, C.E.J. *A ludicidade na escola*. São Paulo: Loyola, 1995
- WALLON H. *Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 8ª ed. São Paulo: Ícone, 2001.
- VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes Editora Ltda, 1998.

SITES ACESSADOS:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. - Resolução CNE/CP Nº 2/2019. – Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 – Acesso em 13 /04/2025





ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos das Crianças. 1959. - Disponível em: < https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/_declaracao_universal_direitos_crianca.pdf.> Acesso em: 10 /01/2025

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) – Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf> Acesso em: 06/05/2025.

